



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE
SAMAMBAIA
ESCOLA CLASSE 511 DE SAMAMBAIA
3901-7755

PROJETO PEDAGÓGICO

Samambaia, 2020

Sumário

1- Apresentação	05
2- Histórico	06
Constituição histórica	
Caracterização Física	
Dados de identificação da instituição	
3 - Diagnóstico da realidade	10
Características sociais, econômicas e culturais da comunidade	
Recursos Materiais, Recursos Humanos e Espaços Pedagógicos	
Recursos Materiais didático-pedagógicos	
Recursos Humanos	
Espaços Pedagógicos	
4 - Função Social	12
5- Princípios	13
Princípios da Educação Integral	
Princípios Epistemológicos	
Educação Inclusiva	
6- Missão e objetivos da educação, do ensino e das aprendizagens	15
7-Fundamentos teóricos-metodológicos	17
Pedagogia histórico-crítica	
Psicologia histórico-cultural	
8- Organização do Trabalho Pedagógico	19
Plano de ação da Coordenação Pedagógica	
Estratégias de valorização e formação continuada dos profissionais de educação	
Metodologias de ensino adotada	

Ciclos e semestres	
9-Outros profissionais	24
EEAA – Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem	
SOE – Serviço de Orientação Educacional	
Professores Readaptados e Professores com Restrições Temporárias	
10- Plano de permanência e êxito escolar dos estudantes.....	27
11- Estratégias de Avaliação.....	28
Larga Escala	
Rede	
Institucional	
Avaliação das aprendizagens	
Conselho de Classe	
Matriz curricular	
12-Organização Curricular.....	40
Eixos integradores de cada etapa/modalidade	
Educação para a diversidade	
Cidadania e educação em e para os direitos humanos	
Educação para a sustentabilidade	
13- Plano de ação para a implementação da PP	41
Gestão Pedagógica	
Gestão Participativa	
Gestão de Pessoas	
Gestão Financeira	
Gestão Administrativa	
14- Acompanhamento e avaliação da PP.....	46

15-Projetos Específicos	47
16- Referências.....	48

1- Apresentação:

Entendemos o Projeto Pedagógico como a articulação das intenções, prioridades e caminhos escolhidos, para que a escola realize sua função social. Ele aponta um rumo, uma direção, um sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente, podendo ser reformulada no decorrer do ano letivo, por meio de avaliações e discussões com os diversos segmentos da escola. Com sua implementação, podemos atuar como sujeitos que decidem juntos e conseguem trabalhar de forma cada vez mais eficaz, em benefício de nossos alunos.

Esta Proposta Pedagógica da Escola, objetiva promover entre outros aspectos, amplas condições e oportunidades de aprendizagem a todos que nela se inserem, no desenvolvimento de saberes que o cidadão moderno precisa se apropriar e potencializar, pautando-se na política educacional vigente e fundamenta-se na Lei de Diretrizes e bases da Educação nº 9394/96, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, na Proposta Pedagógica das Escolas Públicas do Distrito Federal, na Lei da Gestão Democrática Nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012, no Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e no Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, destinado as Instituições Educacionais e Diretorias Regionais de Ensino da Rede Pública, e busca dar vida aos nossos anseios e necessidades frente a realidade social local, Desejamos também dar vida aos nossos anseios e necessidades frente a realidade social local, favorecendo assim o trabalho coletivo e a articulação entre teoria e prática.

A Escola Classe 511, por meio desta proposta pedagógica, propõe uma integração entre todos os participantes do contexto escolar, através de união e cooperação entre os envolvidos - famílias, alunos e escola, visando ofertar uma educação de qualidade e oportunizar avanços no processo ensino aprendizagem dos estudantes.

2- Histórico

Constituição Histórica

1989- A EC 511 foi construída em madeira e começou a funcionar antes da inauguração de Samambaia com oito salas de aula.

1991- Ampliação de 08 para 17 salas de aula. O funcionamento da Escola era em 02 turnos e atendia alunos de 1ª a 4ª e 5ª a 8ª, divididos em três períodos: manhã, intermediário e tarde.

1995- Início da Escola Candanga, com jornada ampliada, a escola passou a atender apenas alunos de 1ª a 4ª série (pioneira em Samambaia), pois outras escolas próximas foram construídas. Ao final do ano houve eleição para a escolha de diretores de escola e da escola.

1997- Todas as turmas de 1ª à 4ª contempladas com jornada ampliada. Nova eleição para a escolha da equipe de direção.

1998- Transferência provisória para a Escola Classe 317, para reconstrução da Escola. Reinauguração da Escola, em julho de 1998, com cinco blocos e 18 salas de aula.

1999- Voltou-se a atender alunos de 5ª e 6ª séries com uma clientela de mais ou menos 1200 alunos.

2003/2004- A Escola passou também a atender alunos da educação infantil com idade de 4 e 5 anos.

2005- A Escola deixou de atender a pré-escola e passou a atender somente os alunos de 1ª a 6ª série.

2006- A escola atendeu 960 alunos em turmas de 1ª a 5ª série e possuiu uma Classe de ensino especial e outros diversos alunos de necessidades especiais inclusos em classes regulares.

2007- Inovou-se o atendimento aos ANEEs, com a implantação da Sala de Recursos, com a presença de uma professora de Apoio especializado dando suporte complementar ao currículo dos ANEEs, aos professores regentes, à escola e as famílias. Novamente passou por escolha democrática de diretores, sendo eleita a atual equipe de gestão.

2008- A Escola ofereceu Educação Integral para 40 alunos defasados em idade série com o objetivo de diminuir a reprovação nas turmas de 5ª séries. Além destas, outras estratégia e medidas foram tomadas elevando consideravelmente o percentual de aprovação nesta série. Teve uma classe de aceleração para séries finais

2009-A equipe de direção é reeleita com a participação da comunidade escolar.

2012- A equipe de gestão passou a ter somente 3 membros.

2013- Ano que iniciou a implantação do Ciclo no 4º e 5º ano.

2014- Nova eleição para diretores

2016- Inovamos o atendimento com uma Classe Especial com alunos TGD

2017- Foi eleito o novo conselho escolar com a participação da comunidade.

2018 - Implantação da segunda Classe Especial com alunos TGD

2019 - Escolha democrática de diretores, sendo eleita a atual equipe de gestão.

2020 – Iniciou-se uma nova gestão, visando a continuidade de um ensino de qualidade e a garantia de um processo de aprendizagem, pautados em saberes curriculares sistematizado

Equipe de Direção:

1989 a 1991: Erzila, secretário: Vander

1992 a 1993: Sandra, Belza e Rosinha, secretário: Vander.

1994: Geni e secretário Vander.

1995 a 1997: Andréa, Marcelo, Adriana Passos e Adriana Lourdes.
Secretário: Vander e Mozart

1998 a 1999: Cristiane, Claudiomir, Wsiel e Sandra. Secretário: Matheus

2000: Jânio, Ana Linhares, Janete e Maria Auxiliadora Sales.
Secretário: Matheus

2001 a 2002: Ozemira, Ana Paula e Rose. Secretária: Ivaneide

2003 a maio de 2005: Iranildo, Cláudio, Juliana e Rubenildo.
Secretária: Luzia Santana

Junho de 2005 a 2007: Marcos Vinícius, Paula Aneide, Fátima Mendonça e Antônio Marcos. Secretária: Luzia Santana (2005/2006) e Danusa Sampaio (2006/2007)

2008 - Pedro Roberto, Elen Ferreira, Agel e Vania; Chefe de secretaria: Luzia Santana, havendo apenas modificações com os supervisores.

2009- Pedro Roberto, Elen Ferreira, Rosiene Serpa da Cunha e Carlos Carlos Guedes; Chefe de secretaria: Luzia Santana.

2010 - Pedro Roberto, Elen Ferreira, Rosiene Serpa da Cunha e Liliane; Chefe de secretaria: Luzia Santana.

2011- Pedro Roberto, Elen Ferreira, Rosiene Serpa da Cunha e Carlos Carlos Guedes; Chefe de secretaria: Luzia Santana

2012- Pedro Roberto, Rosiene Serpa da Cunha e Carlos Carlos Guedes; Chefe de secretaria: Luzia Santana.

2013- Pedro Roberto, Rosiene Serpa da Cunha e Elen Ferreira, Chefe de secretaria: Luzia Santana.

2014- Pedro Roberto, Elen Ferreira, Rosiene Serpa da Cunha, Chefe de secretaria: Luzia Santana.

2015 a 2019- Pedro Roberto, Elen Ferreira, Rosiene Serpa da Cunha, Chefe de secretaria: Luzia Santana.

2020 a 2021 - Pedro Roberto, Rosiene Serpa da Cunha, Viviane Ramos, Chefe de secretaria: Luzia Santana

Caracterização Física

A Escola Classe 511 de Samambaia possui espaço físico suficiente para as necessidades da sua clientela no que diz respeito a:

01	Direção
01	Secretaria
01	Cantina
01	Depósito de Merenda Escolar
01	Pátio coberto:
03	Banheiros alunos
01	Sala dos Professores
36	Salas de aula
01	Sala de Apoio a Aprendizagem
01	Mecanografia
01	Quadra de esportes descoberta
01	Parquinho
01	Sala Multimídia
01	Sala do SOE

Dados de Identificação da Instituição

Unidade Educacional: Escola Classe 511 de Samambaia

Endereço: QR 511 AE 02- Setor Sul / Samambaia-DF

Telefone: 3901 7755

Número do INEP: 53009240

E-mail: ec511desamambaia@gmail.com

ec511.samambaia.edu.se.df.gov.br

Modalidade de Ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais).

Localização Urbana: Samambaia Sul

EQUIPE GESTORA 2020:

Diretora: Pedro Roberto Gonsalves Guimarães

Vice-Diretora: Rosiene Serpa da Cunha

Supervisora: Viviane Rodrigues Ramos

3- Diagnóstico da realidade

Características sociais, econômicas e culturais da comunidade

A escola está localizada em uma área carente, atende crianças entre 04 anos à 14 anos e Classes de Ensino Especial em uma Região Administrativa em desenvolvimento do Distrito Federal.

Por meio de pesquisas realizadas com a secretaria da escola referente a dados oficiais de benefícios do governo e levantamento junto aos pais, a Escola Classe 511 está inserida numa comunidade com renda familiar em torno de um salário mínimo, o que faz com que participem de políticas públicas governamentais que auxiliam no orçamento

doméstico, declarada nos levantamentos juntos ao sistema, por meio das respostas obtidas e de questionário enviados a comunidades.

Podemos perceber também que temos famílias mais estruturadas, porém ainda uma minoria. Estas famílias conseguem proporcionar o necessário para vida escolar de seus filhos e também acompanham com periodicidade os avanços na aprendizagem deles, participam das reuniões eventos, e auxiliam a realização das atividades. Referente a parte cultural, percebemos que apenas a escola proporciona, por meio das atividades de campo realizadas durante todo o ano letivo, em teatros, cinemas, espaços culturais, visitação em pontos turísticos, feiras literárias, exposições, visitas a museus, entre outros. Os principais problemas observados na maior parte da comunidade escolar e que vem atingindo diretamente a escola são: violência e falta de acompanhamento familiar/escolar.

Recursos Materiais, Recursos Humanos e Espaços Pedagógicos

Contamos com 79 profissionais envolvidos, entre efetivos, temporários, cedidos, terceirizados neste projeto.

Recursos Humanos

QUADRO SÍNTESE	
TOTAL	QUANTIDADE
Turmas	36
Equipe Gestora	04
Coordenadoras	04
SEAA	01
AE	01
SOE	01
Professores efetivos em regência	18
Professores substitutos em regência	18
Professores do Projeto Educação com Movimento	01
Professores raptados	02
Professores com restrição temporária de regência	02
Secretaria	01
Carreira assistência	05
Cedido SLU atuando na portaria	01
Cedido SLU atuando como auxiliar de secretaria	01
Portaria	01
Vigias	02
Terceirizados cantina	03
Terceirizados conservação e limpeza	07
Educadores Sociais Voluntários	05

Recursos Materiais: Televisores; Projetores; Aparelhagem de som (mesa, caixa amplificadora, microfone); Impressoras; Computadores; Duplicadores; Caixas de som portátil; Artigos diversos de papelaria;

Espaço Pedagógico: parque infantil descoberto; quadra poliesportiva descoberta; pátio coberto; Pinturas pedagógicas no chão – amarelinhas, circuitos, caracol, jogo da velha e outros jogos; Sala de multimídia, sala de leitura e brinquedoteca.

4- Função Social

Cada escola é única, no sentido de que atende alunos com características e necessidades próprias e nela atuam profissionais com diferentes experiências de trabalho e da vida e diferentes percepções de sociedade, educação, escola, aprendizagem, etc.

As condições de funcionamento de cada escola também variam. Cada uma delas é um local singular de trabalho, com seu jeito próprio de organização do espaço físico e distribuição de tarefas. Tudo isso, associado ao fato de que lhe cabe trabalhar com a produção de ideias, conduz à necessidade dela própria organizar suas atividades, de forma coletiva e criativa, para que seja um espaço compartilhando de experiências. O que lhe dá o direito de ter autonomia não é “ensinar o que quiser da maneira como quiser, a quem quiser”, mas o compromisso de garantir que cada aluno aprenda o que necessita aprender. Ter autonomia, não significa desvincular-se do conjunto de normas educacionais básicas, mas criar os melhores meios de aplicá-las. A escola que a sociedade democrática requer é aquela capaz de complementar seu próprio Projeto Pedagógico, elaborado coletivamente, devidamente atualizado, divulgado e avaliado por todos os interessados.

A função social da Escola Classe 511 de Samambaia como Instituição Educacional, é oferecer ensino público de qualidade, a fim de oportunizar a aprendizagem a todos. Busca-se também, o desenvolvimento integral do educando (em diversas dimensões: afetiva, cognitiva, social e motora), a “formação básica para o trabalho”, pois na escola o aluno deve aprender a conviver em grupo, ter noção de coletividade e respeito para com os outros. Além disso, deve priorizar o aprimoramento do educando como pessoa humana, desenvolvendo a ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico e reflexivo.

Dentro desta proposta, busca-se uma escola para todos, que seja pautada pela interação e contribuição dos envolvidos no processo educativo. Que seja viva e produtiva, com uma cultura voltada à melhoria da eficácia do ensino, tendo como eixo norteador a aprendizagem do aluno e que se manifeste pela presença de uma coordenação/planejamento atuante e de qualidade.

5- Princípios

A Escola Classe 511 de Samambaia visando garantir a efetivação do seu Projeto Pedagógico, coloca como princípios essenciais:

a) democratização do acesso e permanência do aluno na escola com vistas a desenvolver o processo ensino-aprendizagem, capaz de promover o sucesso do aluno na escola e na sociedade;

b) relação escola-comunidade objetivando expandir a participação de todos os segmentos nas decisões da escola, trabalhando de forma a garantir a presença dos pais e da comunidade escolar no processo de planejamento, ações, avaliação e demais atividades planejadas pela escola, a fim de proporcionar um resultado cada vez melhor no processo de aprendizagem dos alunos, que se concretiza dentro e fora de escola;

c) gestão democrática as decisões e ações devem ter caráter coletivo, baseadas nas discussões, envolvendo os diferentes segmentos da escola. Incentivar espaços democráticos na organização do ambiente, no trabalho pedagógico, na relação com o outro, colaborando dessa forma com o projeto de promoção humana e de cidadania voltados para a solidariedade e liberdade;

d) autonomia como a capacidade da escola de autogerir-se e dirigir-se, dentro dos limites legais, com responsabilidade social;

e) qualidade de ensino ofertado para os alunos da escola, preocupação esta que deve ser um compromisso de todos os envolvidos no processo educacional, reavaliando a prática constantemente e tomando as decisões necessárias com vistas à melhoria do processo ensino-aprendizagem;

f) efetivação e valorização da educação inclusiva nas atividades escolares e, a atuação dos profissionais que lidam diretamente com os ANEE no planejamento curricular. Respeito à questão étnico-racial, estudo da história e cultura afro-brasileira que tem representado a possibilidade de ampliar o debate sobre o mito da democracia racial, bem como, o desvelamento de práticas discriminatórias e preconceituosas por vezes silenciadas e naturalizadas. Ou seja, trabalhar com a diversidade.

- g) perceber e construir o conhecimento a partir da integração dos diversos saberes;
- h) valorização dos profissionais da escola visando assegurar uma base de educadores com formação para atuar com os alunos, ao mesmo tempo, propiciar a formação continuada para aperfeiçoamento de sua prática.

Princípios da Educação Integral

A Escola Classe 511, não oferta Educação Integral à Comunidade, porém, reconhecemos a importância desta modalidade de ensino e seus princípios para oferecer melhores condições de aprendizagem para os estudantes, bem como os princípios integralidade, intersetorialização, transversalidade, diálogo escola e comunidade, territorialidade e trabalho em rede, inclusive o benefício de tirar estudantes que vivenciam o risco das ruas e de inúmeras situações degradantes.

Já trabalhamos com a transversalidade. O diálogo com a comunidade também está muito expresso no nosso projeto, assim como os outros princípios acima citados.

Princípios Epistemológicos

Este projeto busca unir a teoria dos conteúdos necessários existentes no Currículo, assim como nos livros, ao dia a dia, através das atividades complementares, onde os alunos constroem através da prática seus conhecimentos de forma prazerosa, sendo o princípio da unicidade entre teoria e prática. A interdisciplinaridade acontece a todo instante, pois os conteúdos não são apresentados de forma separadas, ao contrário estão coesos e caminhando de forma conjunta, assim como contextualizados para situações de fácil entendimento e globalização, temas atuais, formas dinâmicas e de interesse dos estudantes, e sempre que necessário é feita a flexibilização, podendo voltar, recompor, adequar e direcionar de acordo com as necessidades dos alunos, nesse momento afastados pelo isolamento social.

Educação Inclusiva

O princípio de inclusão diz que todos os estudantes com necessidades educacionais especiais podem também, após avaliações visando o melhor para este aluno (a), ser atendidos em classes comuns, subsidiadas pelo caráter multifuncional, diversificado e extensivo de atendimento educacional especializado. Essa mudança de paradigma traz

reestruturações organizacionais e pedagógicas, pautadas na análise de objetivos, conteúdos, metodologias e do processo avaliativo, dando ênfase de modo específico à flexibilização curricular e à dimensão de temporalidade, para a integralização de aprendizagens, a fim de tornar o sistema público mais inclusivo. Essa perspectiva é reforçada pela disseminação de propostas do movimento mundial pela educação inclusiva, uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Uma concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao, contextualizar circunstâncias históricas de produção da exclusão dentro e fora da escola. Assim, o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos, currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender a suas necessidades, garante àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e assegura a aceleração de estudos aos estudantes superdotados para conclusão do programa escolar. A Escola Classe 511 acredita nessas mudanças e realiza um trabalho com base nessas conquistas, procurando inserir todos os alunos e buscando principalmente junto às crianças em geral essa perspectiva de tratar todos de forma igual.

6- Missão e objetivos da educação, do ensino e das aprendizagens

A primeira intenção desta Instituição Educacional é ser uma escola que ofereça qualidade de ensino, reflexo da atuação dos profissionais comprometidos com sua função e seu papel transformador no processo de ensino, com respeito ao educando, estimulando-o e acolhendo-o na construção da aprendizagem e dos conhecimentos gerais e do Meio ambiente, na busca também de valores éticos e de cidadania preparando-o para o ingresso futuro no mundo globalizado com consciência para um mundo melhor. A missão atual é em isolamento social, atender de forma virtual e fazer a aprendizagem acontecer desta maneira, adaptando todos nesse sentido para não deixar o processo ensino aprendizagem parar.

Objetiva-se proporcionar ao educando condições de aprendizagem em um ambiente agradável, onde ele construa e adquira conhecimentos significativos, que estabeleçam

nexos com o Meio ambiente e a vida, para que possa exercer conscientemente e de forma sustentável, o seu papel de cidadão.

Objetivos Gerais

- Melhorar a qualidade do ensino e o aprimoramento do processo pedagógico através de mecanismos de participação que traduzam o compromisso de toda a comunidade escolar, propiciando assim o acesso e permanência dos estudantes à escolarização.

Objetivos Específicos

- Oportunizar ao aluno um espaço que visa garantir seu desenvolvimento integral, através da apropriação do saber de forma reflexiva e crítica, permitindo a compreensão do mundo e da realidade, exercendo sua cidadania;

- Aumentar os índices de aprendizagem e de promoção escolar, reduzindo, assim, o índice de retenções em 10%;

- Promover ações que reduzam a evasão escolar;

- Desenvolver e promover atividades culturais, sociais e lúdicas;

- Buscar a reflexão sobre o processo educativo desenvolvido na escola, apoiando-se em dados da realidade vivida, para justificar e propor alternativas de intervenção pedagógica que possam transformar a prática de sala de aula;

- Promover a integração escola/comunidade, ampliando gradativamente a atuação no sentido do desenvolvimento humano, cultural e social.

- Oferecer um espaço pedagógico onde todos tenham oportunidade de participar da totalidade das atividades planejadas.

- Valorizar o aluno, reconhecendo suas dificuldades e necessidades, como ser humano em constante formação;

- Valorizar a comunidade escolar e integração desta com o meio em que vive;

- Proporcionar o desenvolvimento integral do aluno em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, atendendo as diferenças individuais e respeitando as fases do seu desenvolvimento

- Fortalecer e valorizar a autoestima individual e coletiva;

- Incentivar atitudes de respeito e convivência harmoniosa entre os pares;

- Buscar parcerias com a comunidade e demais instituições públicas e privadas na tentativa de solucionar as dificuldades enfrentadas;
- Fazer da educação uma ponte para o pleno exercício da cidadania;
- Promover reflexões sobre as questões ambientais, visando o uso consciente e racional dos recursos disponíveis;
- Incentivar o exercício da cidadania, visando a formação de sujeitos autônomos, críticos e conscientes com pensamento sustentável;
- Contribuir para a formação continuada dos professores;
- Promover melhoria da coordenação pedagógica;
- Reduzir o índice de violência na escola, durante o recreio e em salas de aula;
- Promover a gestão financeira da escola de forma transparente e ética, de acordo com os princípios da legalidade;

7- Fundamentos teóricos-metodológicos

A concepção de infância, adolescência e aprendizagem demandam uma proposta educativa que permita a compreensão da realidade e o desenvolvimento do ser humano nos seus níveis intelectual, afetivo, emocional e espiritual, seu compromisso com a ética e a responsabilidade social e planetária, numa visão de educação integradora e formadora de caráter.

O currículo tem de ser visto como plano de ação dessa tarefa educativa propõe-se à formação do pensamento global e sistêmico do aluno, possibilitando sua autonomia, inserção social e a resolução de problemas complexos pertinentes à realidade.

Sendo assim, segundo o autor espanhol SANTOMÉ , apud Santos “O currículo deve visar ao preparo do alunado para a cidadania crítica e ativa, para serem membros solidários e democráticos de uma sociedade similar. Para isso, a seleção dos conteúdos curriculares deve promover a construção dos conhecimentos, destrezas, atitudes, valores e normas necessários a uma cidadania consciente. Trata-se de favorecer uma reconstrução reflexiva e crítica da realidade, tomando como ponto de partida as teorias, os conceitos, os procedimentos, os costumes, etc., que existem nessa comunidade e naquelas às quais se devem facilitar o acesso. Para isso, há que se prestar atenção não só nos conteúdos curriculares, mas também nas estratégias de ensino e de aprendizagem, bem como nos procedimentos de avaliação empregados”. (1995, p. 57).

Pedagogia histórico-crítica

A concepção de infância, adolescência e aprendizagem demandam uma proposta educativa que permita a compreensão da realidade e o desenvolvimento do ser humano nos seus níveis intelectual, afetivo, emocional e espiritual, seu compromisso com a ética e a responsabilidade social e planetária, numa visão de educação integradora e formadora de caráter.

O currículo tem de ser visto como plano de ação dessa tarefa educativa propõe-se à formação do pensamento global e sistêmico do aluno, possibilitando sua autonomia, inserção social e a resolução de problemas complexos pertinentes à realidade. Isso porque o currículo não pode desconsiderar o contexto social, econômico e cultural dos estudantes.

Privilegia a formação humana, orienta-se para a inclusão de todos ao acesso dos bens culturais, ao conhecimento e está a serviço da diversidade, da democracia, da valorização da vida, do respeito ao meio ambiente e da promoção da paz.

Com base teórico-metodológica o currículo fundamenta-se na Pedagogia histórico-crítica. A democratização do acesso à escola para todas as classes exige que ela seja reinventada, levando em conta as necessidades reais e formativas dos estudantes que mostra-se como um grupo cada vez mais heterogêneo no ponto de vista social, econômico, cultural, entre outros.

O tempo escolar do estudante deve ser organizado, flexível e planejado, propiciando vivências multidimensionais, distribuídas em uma carga horária curricular, articulada e integrada. Para a efetivação deste currículo, há princípios fundamentais como a unicidade teoria-prática, interdisciplinaridade, contextualização, flexibilização.

Sendo assim, segundo o autor espanhol SANTOMÉ , apud Santos “O currículo deve visar ao preparo do alunado para a cidadania crítica e ativa, para serem membros solidários e democráticos de uma sociedade similar. Para isso, a seleção dos conteúdos curriculares deve promover a construção dos conhecimentos, destrezas, atitudes, valores e normas necessários a uma cidadania consciente. Trata-se de favorecer uma reconstrução reflexiva e crítica da realidade, tomando como ponto de partida as teorias, os conceitos, os procedimentos, os costumes, etc., que existem nessa comunidade e naquelas às quais se devem facilitar o acesso. Para isso, há que se prestar atenção não só nos conteúdos curriculares, mas também nas estratégias de ensino e de aprendizagem, bem como nos procedimentos de avaliação empregados”. (1995, p. 57).

Psicologia histórico-cultural

A perspectiva teórico-metodológica seguida pela escola tem bases sócio interacionistas, seguindo ainda a organização escolar em ciclos ofertada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Buscando assegurar aos educandos, o direito inalienável de aprender. Trata-se de uma iniciativa respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96 em seu artigo 24 e aprovada pelo Parecer 225/2013 do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF). humanas, do cuidado com o planeta, para se desfrutar de um futuro melhor. Temos o objetivo de formar cidadãos críticos, reflexivos, que não só conheçam conteúdos, mas também saibam pensar por si mesmo e usá-los para a vida.

8- Organização do Trabalho Pedagógico

A Escola Classe 511 organiza previamente suas ações pedagógicas - plano de trabalho, através de momentos de planejamento coletivo, por seguimentos / etapa e individual, previsto no calendário da SEEDF e em portaria do ano corrente. A organização do trabalho pedagógico e dos atendimentos a serem ofertados no âmbito escolar, se pautarão no cumprimento da matriz curricular regulamentada e aprovada pelo Conselho de Educação do DF, na estratégia de matrícula vigente e na portaria nº 470 de 16 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os critérios de atuação e atribuições dos servidores. Esta organização e planejamento prévio das ações ocorrem na primeira semana de retorno das férias coletivas dos servidores da SEE, momento em que todos se reúnem para elaborar o Plano Pedagógico para o ano letivo corrente, estudar os documentos norteadores da SEE como currículo, diretrizes entre outros.

Este trabalho atualmente é conduzido pela vice-diretora da escola, responsável pela gestão pedagógica, juntamente com as coordenadoras, apoios pedagógicos, profissionais do SEAA e SOE conta com a parceria da supervisora e com auxílio da secretaria escolar que já se organizou quanto às classes para o ano letivo e suas especificidades, sempre sob a supervisão e orientação do diretor. Elabora-se um plano de ação, estruturado de acordo com as metas e objetivos estabelecidos para a rede, levando em conta as perspectivas vislumbradas pelo grupo e pela comunidade escolar, em

conformidade com a realidade existente. Dentro do planejamento pedagógico incluem-se, reagrupamentos, projetos interventivos, gincanas de conhecimentos, Festas culturais e Olimpíadas de desenvolvimento de aprendizagens e as temáticas previstas no calendário escolar tais como: Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (Lei Distrital nº 5.714/2016), Semana da Conscientização do Uso Sustentável da Água nas UE/SEEDF (Lei Distrital nº 5.243/2013), Semana de Educação para a Vida (Lei nº 11.998/2009), Dia Nacional do Combate ao Abuso

e a Exploração Sexual, de Crianças e Adolescentes (Lei Federal nº 9.970/2000), Dia Nacional da Educação Ambiental (Lei nº 12.633/2012), Dia do Estudante, Dia do Patrimônio Cultural (Lei Distrital nº 5.080/2013), Dia Distrital da Educação Infantil (Lei Distrital nº 4.681/2011), Semana de Prevenção ao Uso de Drogas no DF (Lei Distrital nº 1.433/1997), Semana Nacional do Livro e da Biblioteca (Decreto nº 84.631/1980), Semana Distrital da Orientação Profissional/1º emprego (Lei Distrital nº 5.953/2017), Semana Maria da Penha (Lei Distrital nº 6.325/2019), Dia do Patrono da educação – Paulo Freire (Lei Federal nº 12.612/2012), Dia nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (Lei nº 11.133/2005), Dia do Professor (Decreto nº 52.682/1963, Dia da luta contra a Medicalização da Educação e da Sociedade (Lei Distrital nº 5.933/2017), Dia Distrital do Gestor Escolar (Lei Distrital nº 6.179/2018), Dia Nacional da Consciência negra (Lei nº 10.639/2003), Dia do orientador Educacional (Lei nº 5.564/1968), Dia do Secretário e projetos pontuais por etapa e projetos individuais apresentados ao longo do ano letivo.

O acompanhamento desse planejamento e sua realização, acontecerá através das devolutivas dos professores nas coordenações coletivas, nas reuniões pedagógicas por seguimento, bem como nos momentos de Avaliação Institucional realizado com toda a comunidade escolar.

Plano de ação da Coordenação Pedagógica

Objetivos:

✓realizar Coordenações coletivas voltadas para o estudo e reflexão das questões pedagógicas;

✓orientar e coordenar a participação docente na elaboração e execução de projetos que propiciem a melhor aprendizagem dos alunos;

✓proporcionar a reflexão sobre os resultados das avaliações internas e externas a fim de torná-las instrumentos de melhoria da prática pedagógica;

✓participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação dos Reagrupamentos e do Projeto Interventivo, a fim de auxiliar as intervenções do professor nas aprendizagens;

✓integrar os diversos projetos da escola, voltando-os para uma prática pedagógica coletiva.

✓incentivar a participação dos professores nas oficinas, palestras e demais atividades voltadas para a formação continuada.

✓esclarecer os objetivos da VII Plenarinha, bem como sua proposta temática, justificativa e sugestões de atividades, leituras e vídeos.

✓incentivar projetos que envolvam autoestima, identidade, entre outros. ✓Orientar os professores em ações na Semana Distrital de Inclusão. ✓Promover junto a Orientação Educacional, ações que envolvam valores

Ações

✓ Promoção de estudos e atividades de formação continuada norteando o trabalho pedagógico do professor, voltando-o para a intervenção na aprendizagem do aluno;

✓Planejamento de rotinas do trabalho pedagógico;

✓Acompanhamento das atividades pedagógicas e da evolução de aprendizagem dos alunos;

✓ Busca de parcerias para a realização de atividades pedagógicas na escola;

✓Construção coletiva dos Reagrupamentos e do Projeto Interventivo;

✓Apresentação dos indicadores de desempenho da escola (IDEB, Provinha Brasil e outros) intensificando a reflexão acerca dos resultados obtidos e traçando, coletivamente, metas para avanços dos discentes.

Metas

✓Promover práticas pedagógicas que propicie o professor a construir e repensar o trabalho pedagógico de forma significativa.

✓Envolver os diferentes atores da escola – estudantes, professores/as, gestores/as, familiares, funcionários/as, representantes de organizações locais etc. – em discussões sobre a qualidade da educação escolar.

✓Fomentar a disseminação e o enraizamento de processos participativos e democráticos de avaliação, planejamento e monitoramento de práticas e políticas educacionais.

Prazos

✓Durante todo o ano letivo.

Recursos Necessários

✓Áudio visuais; equipe gestora, equipe de coordenação pedagógica; equipe de apoio pedagógico, professores, SOE e EEAA.

Estratégias de valorização e formação continuada dos profissionais de educação

A aquisição do conhecimento é uma constante na vida dos seres humanos, porem para o docente ela deve ser constate, pois é ele que inicia a educação formal de todas as outras profissões. Com esse pensamento a escola precisa ser um espaço de formação não somente para o educando, mas para do docente. Com a conquista da jornada ampliada as oportunidades de formação foram enriquecidas. Há momentos para a preparação de aulas mais significativas, como também abre-se espaço para a formação continuada dos docentes, seja na coordenação pedagógica (curso EAPE ou outra instituição autorizada) ou na coordenação coletiva que ocorre tanto na escola (promovido pela equipe pedagógica) como em outros locais (promovido pela CRE ou SEE).

Metodologias de Ensino Adotada

Considerando as inúmeras linhas pedagógicas que se diferenciam pela forma de abordagem do conteúdo aos estudantes e da pratica pedagógica do professor em sala de aula, observa-se que há diferentes linhas pedagógicas praticadas pelos docentes tais como:

Tradicional: Abordagem predominante nas escolas brasileiras. O professor está no centro do processo educativo, pois é o responsável por transmitir os conhecimentos aos alunos. O estudante tem metas a cumprir a partir das tarefas aplicadas diariamente, dentro de determinados prazos. Por meio das avaliações periódicas, o aluno que não alcançar a meta – nota determinada – é reprovado.

Construtivismo: "O método Construtivista foi idealizado pelo psicólogo suíço Jean Piaget na década de 20. Defende a construção do conhecimento pelo próprio aluno, fruto de sua interação com o meio, mas considera o professor um importante mediador

nesse processo. Trata o ensino como algo dinâmico e o aprendizado é construído aos poucos, a partir de conhecimentos anteriores.

"Montessori: Linha pedagógica idealizada pela educadora italiana Maria Montessori, em 1907, na qual a educação deve se desenvolver com base na evolução da criança e não o contrário. Trabalha com seis pilares educacionais que são: autoeducação, educação como ciência, educação cósmica, ambiente preparado, adulto preparado e criança equilibrada. A aprendizagem deve ter interferência mínima do professor e os conceitos de liberdade e disciplina devem se equilibrar.

"Waldorf: Criada por Rudolf Steiner na Alemanha, a metodologia Waldorf está fundamentada na Antroposofia (ciência que traz a compreensão e desenvolvimento do ser humano nos âmbitos físico, emocional e espiritual, levando em conta a faixa etária e a individualidade de cada estudante). A pedagogia de Steiner incentiva a criatividade e a imaginação, conduzindo os alunos a um pensamento livre e autônomo.

"Sócio-interacionista: Linha pedagógica baseada nos conceitos do psicólogo bielo-russo Lev Semenovitch Vygotsky, que considera que a aprendizagem se dá a partir da interação do sujeito e a sociedade ao seu redor – ou seja, o homem modifica o ambiente e o ambiente modifica o homem. No contexto da educação, o professor assume o papel de mediador para estimular avanços que não ocorreriam espontaneamente.

Existe ainda uma proposta de trabalho diferenciado com a Educação Infantil, buscando inicia-los de forma adequada, sem pular fase, ou cansar a criança dentro do processo de ensino.

Ciclos e Semestres

A escola Classe 511, oferece o Ensino de Educação Infantil (de 1º e 2º Períodos (04 e 05 anos de idade); e Classe de Ensino Especial (TGD) e Ciclos: 1º Bloco – Bloco Inicial de Alfabetização (três primeiros anos do Ensino Fundamental); 2º Bloco – 4º e 5º anos.

9- Outros profissionais

EEAA: Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem

A operacionalização do trabalho desenvolvido pela EEAA na abordagem institucional acontece em três perspectivas, concomitantemente, a preventiva, interventiva e institucional. Tais ações assumem uma abordagem contextualizada, dinâmica e processual.

Dessa forma, a atuação deverá ser direcionada para o assessoramento à prática pedagógica dos professores, avaliação psicodiagnóstico dos alunos com dificuldade de aprendizagem e/ou suspeita de algum transtorno funcional e deficiências, do

acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, em suas perspectivas preventiva, interventiva e institucional ocorrendo em todo espaço/tempo no contexto escolar, que pode ser caracterizado pelo conselho de classe; coordenação coletiva; contexto de sala de aula; encontros/reuniões para orientações aos pais; encontros para atendimento dos estudantes, individual ou em grupos; encontros para reflexões com professores, individual ou em grupos; encontros para reflexões com auxiliares de educação, individual ou em grupos; suporte ao processo de Gestão escolar sempre em articulação com os profissionais do SOE e AEE/Sala de Recursos.

*SAA - Contamos com o apoio também da Sala de Apoio à Aprendizagem situada no Caic Ayrton Senna que acompanha alguns alunos nossos que possuem algum Transtorno Funcional, assim realizamos um trabalho colaborativo positivo.

Sala de recursos

Aos alunos regularmente matriculados da 1ª a 5ª ano, egressos da Educação Especial, ou aqueles que apresentam diagnósticos de problemas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo e que necessitam de atendimento especializado para obter sucesso no processo de aprendizagem na classe comum, é realizado o encaminhamento a Sala de Recursos, com serviço especializado de natureza pedagógica que apoia e complementa o atendimento educacional realizado em classes comuns do Ensino Fundamental. A Sala de Recursos está organizada para atender sempre em período contrário ao que o aluno está matriculado e frequentando a classe comum. Nestas salas os alunos têm atendimento individual ou em grupo, organizados por faixa etária ou conforme as necessidades pedagógicas semelhantes dos mesmos. Recebem acompanhamento de duas à quatro horas diárias por semana, porém, nunca ultrapassando duas horas diárias.

A metodologia utilizada na Sala de Recursos parte dos interesses, necessidades e dificuldades de aprendizagem específicas de cada aluno. Os conteúdos pedagógicos defasados, das séries iniciais, são trabalhados sempre com estratégias diferenciadas, pois a programação prevista engloba as áreas do desenvolvimento (cognitivo, motor, sócio-afetivo-emocional) de forma a subsidiar os conceitos e conteúdos defasados no processo de aprendizagem, para atingir o currículo da classe comum. Quanto ao acompanhamento pedagógico do aluno, os resultados são registrados em relatórios elaborados pelo

professor da Sala de Recursos, juntamente e sempre que possível ou se fizer necessário, com o apoio dos professores da classe comum.

O aluno frequentará a Sala de Recursos o tempo necessário para superar as dificuldades e obter êxito no processo de aprendizagem na classe comum.

SOE – Serviço de Orientação Educacional

Plano de Ação

- ✓ Conscientizar toda a comunidade escolar quanto ao respeito à diversidade e direitos dos alunos com deficiência ou não.

- ✓ Orientar a família para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional.

- ✓ Participar do processo de elaboração, de execução, e de acompanhamento da proposta pedagógica da escola.

- ✓ Promover atividades pedagógicas orientadas aos alunos.

- ✓ Auxiliar na sensibilização da comunidade escolar para educação inclusiva.

- ✓ Participar da identificação e/ou do encaminhamento de alunos, que apresentem queixas escolares, incluindo dificuldades de aprendizagem, comportamentais ou outras que interfiram no seu sucesso escolar.

- ✓ Participar da elaboração/reestruturação do PI (Projeto Interventivo).

- ✓ Conhecer os meios utilizados para amenizar conflitos na unidade de ensino através da observação.

- ✓ Solicitar junto à direção/secretaria as seguintes listagens: quadro de distribuição de turma, relação de alunos por turma, relação de alunos para o PI, ANEE's, organização física da escola (salas/espacos e sua destinação).

- ✓ Através da Escuta Institucional observar a rotina de trabalho de todos os profissionais envolvidos com a escola e as concepções de ensino e aprendizagem dos professores.

- ✓ Realizar atendimento direto ao professor e aos profissionais das equipes de apoio, direção e coordenação.

- ✓ Realizar reuniões frequentes com as famílias dos alunos que necessitam de intervenção e apoio devido as seguintes queixas: indisciplina, problema no processo ensino-aprendizagem, suspeitas de abusos, risco social, problemas de saúde, casos omissos, entre outros.
- ✓ Realizar encontros com os pais para realização de entrevistas de sondagem com o objetivo de esclarecer melhor as queixas e/ou realizar encaminhamentos para outras instituições, bem como adesão ao atendimento semanal específico da sala de recursos e orientações diversas as famílias de reuniões com os pais de cada ano/etapa.
- ✓ Promover dinâmicas envolvendo todo grupo.
- ✓ Participar das reuniões de pais quando possível.
- ✓ Participar nas reuniões do Conselho de Classe.
- ✓ Participar das Coordenação coletiva (por série e individual), projeto interventivo, eventos,
- ✓ Atender direta/indiretamente alunos, procurando compreender sua história familiar e escolar, com a intencionalidade de sugerir ao professor intervenções propícias aos mesmos ou as turmas
- ✓ Promover devolutivas com o objetivo de esclarecer a queixa inicial do professor, e fornecer subsídios que auxiliem no desenvolvimento do trabalho pedagógico.
- ✓ Promover e participar dos momentos de formação continuada e incentivar a participação dos profissionais da escola.
- ✓ Acolher a demanda do professor procurando ampliar os motivos do encaminhamento, por meio de ações que visem estabelecer o trabalho colaborativo na condução da queixa.
- ✓ Realizar levantamento semanal de alunos faltosos.
- ✓ Encaminhar nomes dos estudantes faltosos, infrequente e com frequência irregular ao Conselho Tutelar .

Professores Readaptados e Professores com Restrições Temporárias

Plano de Ação

- ✓ Oferecer suporte/apoio pedagógico ao professor e a gestão escolar.

- ✓ Intervir no processo ensino e aprendizagem indiretamente, com o objetivo de colaborar com o professor regente, tendo como intencionalidade o sucesso escolar do aluno e a promoção de uma escola inclusiva.
- ✓ Atuar nas queixas de evasão e infrequência, apoiando o SOE, professores e Gestão Escolar.
- ✓ Estudar e colaborar com a escrita da Proposta Pedagógica 2020 da escola bem como o estudo e debate do regimento interno.
- ✓ Participar da elaboração/reestruturação do PI (Projeto Interventivo).
- ✓ Colaborar com o planejamento pedagógico das coordenações coletivas, festas, eventos, reuniões e feiras culturais,
- ✓ Elaborar proposta de projeto de leitura
- ✓ Atuar na como apoio a coordenação pedagógica auxiliando diretamente os professor, sugerindo estratégias diferenciadas que contribuam com a melhoria do ensino-aprendizagem

10- Plano de permanência e êxito escolar dos estudantes

Evasão Escolar

- ✓ Sensibilizar pais e responsáveis, em reuniões individuais.
- ✓ Realizar ligações para os responsáveis pelos estudantes para saber o motivo da ausência.
- ✓ Encaminhar nomes dos estudantes faltosos, infrequente e com frequência irregular ao Conselho Tutelar.
- ✓ Realizar levantamento semanal de alunos faltosos.
- ✓ Promover atividades complementares/ projetos para os alunos se motivarem a estar sempre na escola
- ✓ Realizar atividades de campo- visitas a locais culturais.
- ✓ Realizar festas da família, junina e formatura.
- ✓ Realizar Projeto Interventivo - desenvolvido com os estudantes defasados idade/série e que apresentam dificuldades de aprendizagem. Serão atendidos estudantes do 3º e dos

5º anos. Será desenvolvido ao longo do ano, uma vez por semana e no horário da aula. Serão realizadas atividades diferenciadas, de forma que os estudantes se sintam pertencentes ao ambiente escolar e também agente transformador no local em que está inserido.

✓ Realizar Reagrupamento - estratégia proposta para o ciclo que tem por objetivo de alavancar as aprendizagens dos estudantes de forma significativa e dinâmica.

11- Estratégias de Avaliação

De acordo com a avaliação adotada como concepção e prática norteadora para toda a Educação Básica do DF: “a avaliação formativa possibilita análise e apreciação do processo de ensino e de aprendizagem oportunizando a progressão continuada e assistida das aprendizagens de todos os estudantes de maneira responsável. Com base nessa concepção, torna-se possível corroborar avanços, progressos e continuação de aprendizagens durante toda a trajetória dos estudantes. Para que se sustente a avaliação formativa, o estímulo às práticas como auto-avaliação para estudantes e demais profissionais da unidade escolar, bem como feedback constituem-se elementos imprescindíveis para tornar o processo avaliativo em um espaço-tempo das aprendizagens de todos no interior da escola (LIMA, 2012) ”.

A Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural são as teorias educativas, que fundamentam o Currículo em Movimento da Educação Básica. Sendo assim, tais pressupostos são consolidados por meio da avaliação formativa que embasa e direciona, fortemente, os objetivos educacionais por comprometer-se com a garantia das aprendizagens de todos.

A avaliação é parte integrante do currículo, na medida em que a ele se incorpora como uma das etapas do processo pedagógico ensino aprendizagem. O maior propósito em avaliar está em melhorar as ações futuras e, no caso da avaliação escolar, visa atingir objetivos voltados à ampliação permanente de conhecimentos de professores e alunos. É necessário entender a avaliação como um processo amplo da aprendizagem que tem professores e alunos como corresponsáveis e estabelecer um sistema de avaliação diagnóstica qualitativa, que preze pelas especificidades do aluno, contemple a sua formação como cidadão e que sirva para ressignificar a prática educativa e visando que a avaliação deve ser processual e contínua. A concepção de educação almejada é a Educação Integral por apresentar uma perspectiva multidimensional do ser em formação e os direitos coletivos, provocando uma ruptura estrutural na lógica do poder punitivo

percebido nos processos avaliativos e fortalecendo a responsabilização com a *Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade*. A educação pública de qualidade social referenciada nos sujeitos sociais só se consolida quando avalia na perspectiva da promoção da progressão continuada da aprendizagem de todos.

O processo de avaliação , aconteceu durante todo o ano letivo e terá início na segunda semana de aula, momento em que professor realizará a primeira avaliação diagnóstica aluno por aluno, aliada a outros procedimentos metodológicos e passara a conhecer as aprendizagens do aluno , possibilitando assim que o professor e adeque suas práticas pedagógicas de ensino aos que apresentarem dificuldades, bem como fazer uma análise sobre o sucesso alcançado em função dos objetivos previstos e revê-los de acordo com o resultado obtido .Nesta perspectiva, será observado inicialmente as devolutivas da rede em larga escala e institucional .

Avaliação Distrital de Desempenho Escolar do Estudante: Sistema de Avaliação da SEEDF/ Avaliação de Larga Escala/Rede

A Secretaria de Educação do Distrito Federal, por meio da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional - SUPLAV planeja, executa e avalia as políticas públicas educacionais demandadas pelo Governo do Distrito Federal. A Avaliação Distrital do Desempenho Escolar do Estudante, gestada nesta rede e para esta rede, tem como eixo condutor das suas metodologias avaliar as aprendizagens amparadas no conceito da qualidade social. Este sistema engloba o acompanhamento do desempenho escolar do estudante (ADEE), a avaliação institucional e a avaliação de redes. Todas as unidades escolares da rede pública do DF serão avaliadas, bem como os estudantes, docentes, gestores e conselheiros escolares.

O Sistema de Avaliação pretende apresentar aos gestores, professores, pais, mães e responsáveis e aos próprios estudantes os resultados das aprendizagens individuais, para que durante o ano letivo as intervenções pedagógicas possam ser realizadas de maneira qualitativa e com foco nas aprendizagens. Além disso, serão analisados os fatores associados ao processo educativo e que podem contribuir ou interferir na aprendizagem escolar, tais como: infraestrutura da unidade escolar, aspectos socioeconômicos dos estudantes, desigualdade social e regional, contextos culturais, qualificação dos

profissionais da educação, tempo diário de permanência, o projeto político-pedagógico da unidade escolar e a gestão democrática, entre outros fatores.

O Acompanhamento do Desempenho Escolar do Estudante é um processo contínuo, participativo, cujas informações buscam proporcionar a reflexão e o redimensionamento da prática pedagógica, bem como favorecer o processo de autonomia e de protagonismo dos estudantes. É uma avaliação na perspectiva formativa, possui a característica de efetivamente contribuir com a formação do estudante, agindo de forma preventiva, haja vista permitir ao professor, em tempo hábil, diagnosticar a aprendizagem do estudante e seu ritmo, bem como intervir sobre as dificuldades encontradas. Por sua vez, ao estudante, permite a auto-avaliação de sua formação ao tomar consciência do próprio aprendizado. (MORALES, 2003).

Na busca contínua da educação sustentável e da agilidade no retorno dos resultados, as avaliações para o Acompanhamento do Desempenho Escolar dos Estudantes serão realizadas em dois períodos distintos, de maneira informatizada. O Sistema também auxiliará, inclusive, na orientação profissional do estudante, uma vez que traçará a trajetória dele desde o início da escolarização, apontando possíveis aptidões vocacionais de acordo com a característica de cada um.

A avaliação necessitará da participação ativa e qualificada dos docentes desde a sua concepção, bem como na discussão dos resultados, o que possibilitará o repensar de práticas pedagógicas, garantindo no processo avaliativo a característica colaborativa e integradora dos professores. Assim, o encontro entre o contexto, a avaliação, seus resultados e uma nova condução para o efetivo processo de aprendizagem tornará concreto e plausível o trabalho para o alcance dos direitos à educação pública de qualidade.

IDEB OBSERVADO						METAS PROJETADAS							
2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
3,8	5,0	5,1	5,7	5,6	5,0	3,9	4,2	4,7	4,0	5,2	5,5	5,8	6,0

Avaliação Institucional

A Avaliação do Trabalho da Escola se destina a analisar o desenvolvimento do seu projeto político-pedagógico, para identificar suas potencialidades e fragilidades e encontrar meios que garantam a qualidade social do trabalho escolar. A reflexão coletiva é imprescindível para que novas ações sejam estabelecidas em função da realidade e das necessidades dos seus atores, de forma a promover as aprendizagens dos estudantes e dos profissionais que ali atuam. Trata-se de uma auto-avaliação pela escola. Sua articulação com os outros dois níveis se faz, inclusive, quando traz para o centro da discussão os processos e procedimentos utilizados para realização dos trabalhos no interior da escola. A avaliação institucional analisa, retoma, reorganiza os processos utilizados na avaliação para as

Avaliação Escolar das aprendizagens

Avaliação Formativa

Avaliação para as aprendizagens: Concepção formativa adequada a educação democrática e emancipadora comprometendo-se com o processo e não somente com o produto da avaliação (função normativa). Avaliar para incluir, incluir para aprender e aprender para que todos se desenvolvam. A função formativa da avaliação também envolve a função diagnóstica que deve ser comum aos demais níveis da avaliação. Além disso, Perpassa os níveis: avaliação da aprendizagem, avaliação institucional (auto-avaliação da escola) e avaliação de redes ou de larga escala , contribuindo para a formação de sujeitos autônomos por meio de uma progressão continuada das aprendizagens dos estudantes com acompanhamento sistemático de seu desempenho através de avaliação realizada permanentemente, viabilizando e conduzindo professores e equipe pedagógica da escola a representarem o trabalho desenvolvido, buscando caminhos que possibilitem sua melhoria em atendimento às necessidades de aprendizagem evidenciadas pelos estudantes. Um processo educativo ininterrupto que oferece condições de aprendizagem a todos os estudantes, rompendo com avaliação classificatória, fragmentada e permeada pela reprovação anual. Um recurso pedagógico que associado à avaliação, possibilita o avanço contínuo dos estudantes de modo que não fiquem presos a grupos ou turma durante o mesmo ano letivo; assim, não repetem o que já sabem e não prosseguem os estudos tendo lacunas em suas aprendizagens (organização escolar em ciclos).

A progressão continuada é praticada pelos mecanismos: reagrupamento de estudantes ao longo do ano letivo, considerando suas necessidades de aprendizagem, avanço dos estudantes de um período a outro durante o ano letivo se os resultados da avaliação assim indicarem, projetos interventivos, auto-avaliação, feedback ou retorno, avaliação por pares ou colegas.

Quem valia e quem é avaliado?

Todos de igual maneira estão envolvidos na dinâmica de avaliar e ser avaliado. Na função formativa promovem-se as aprendizagens de todos por meio da auto-avaliação, onde o aluno se percebe no seu processo de aprendizagem e do *feedback*, que permite que o estudante perceba seus avanços e fragilidade, buscando se autorregular. Ambas compõem um movimento dialético de diálogo constantemente estabelecido. A avaliação formativa torna-se elemento da formação contínua porque exige, também, estudo e formação em avaliação e em outras temáticas a ela relacionadas. A avaliação diagnóstica e a auto-avaliação entram neste cenário como potencializadoras da avaliação formativa. A primeira porque não se dissocia do fazer e das observações diárias que devem ser registradas, a segunda porque auto avaliar-se é a maneira pela qual o estudante e demais atores da escola podem se inserir e aprender sobre si enquanto aprendem. Para que este processo auto avaliativo ocorra é indispensável que o estudante e os profissionais da escola conheçam os critérios da avaliação e os objetivos do trabalho pedagógico.

Na Educação Infantil

A avaliação se dá pela observação sistemática, registro em caderno de campo, fichas, questionários, relatórios, portfólios (exposição das produções pelas crianças). As reflexões, análises e inferências oriundas dessa sistemática compõem o Relatório Descritivo e Individual de Acompanhamento Semestral – RDIA de publicação semestral, porém sua elaboração é diária. Nesta etapa está presente, a avaliação informal realizada pelos docentes e pelas crianças. Esta avaliação possibilita a observação das suas manifestações de aprendizagem e progresso. A esse respeito convém lembrar que se tende a manifestar, na escrita dos relatórios ou registros avaliativos, a comunicação simbólica revelada nos gestos, nos silêncios, nas manifestações de choro, de alegria, de irritação e nos afetos e desafetos que ocorrem na relação professor-aluno. Importa lembrar

que a escola não rotula nem defini a criança em razão das manifestações aqui listadas, bem como não resumi os registros avaliativos fazendo constar neles, apenas, elementos captados pela avaliação informal. A observação,0, devidamente planejada, sistematizada e acompanhada do registro das informações coletadas, constitui a avaliação formal.

Anos iniciais do Ensino Fundamental

Além dos registros pessoais, o professor conta com instrumentos legais para a descrição do desempenho dos estudantes: o Registro de Avaliação – RAV – e o Registro do Conselho de Classe. Constam nesses documentos todas as informações referentes às aprendizagens construídas e ainda não construídas pelo estudante, bem como as intervenções necessárias para progressão ininterrupta desse processo. Assegurando a progressão continuada das aprendizagens dos estudantes reverte-se o cenário do fracasso escolar, uma vez que a avaliação formativa e assegura a todos os estudantes o direito legal e inalienável de aprender e prosseguir seus estudos sem interrupções. A Vivência, estratégia adotada pela SEEDF para o segundo ciclo da Educação Básica e assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, possibilita esse avanço, promovendo os estudantes para o ano escolar seguinte sempre que seu progresso for evidenciado. Esse processo não ocorre dissociado de um processo avaliativo diagnóstico de caráter formativo.

Educação Especial

Modalidade transversal que perpassa toda a educação básica. Os processos de avaliação são pautados na função diagnóstica realizada na ocasião do ingresso do estudante e praticados de maneira processual e permanente durante todo período de experiência escolar. A diagnose reforça e auxilia a avaliação formativa que atuará sobre as condições de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, antecipando situações de aprendizagem deterministas em relação ao destino escolar desses estudantes e estabelecendo condições de sucesso dos mesmos no ensino comum e apontando para o alcance do término de sua escolarização na Educação Básica. A entrevista sistemática com os pais, mães ou responsáveis que convivem com o estudante é elemento fortalecedor

das análises e registros da avaliação do estudante atendido nesta modalidade. A criação de portfólios, pelos estudantes e com a cooperação das suas famílias, potencializa a avaliação formativa em todas as etapas em que o estudante esteja inserido. No tocante aos exames em larga escala ou quaisquer outras formas de coleta de dados avaliativos ou não, as crianças e os adolescentes não são excluídos, fazendo parte de todo e qualquer movimento ou ação pedagógica que adentre a escola. A avaliação na educação especial tem o caráter formativo quando avalia para incluir e quando inclui para aprender.

Instrumentos/Procedimentos das Práticas de Avaliação Formativa

O uso de múltiplos procedimentos/instrumentos avaliativos possibilita aos estudantes o desenvolvimento das diferentes capacidades exigidas por cada um deles. A adoção exclusiva de provas retira desses sujeitos essa oportunidade, além de constituir uma dificuldade para o processo de reflexão e tomada de decisões sobre sua própria aprendizagem.

Avaliação formativa: Mães, pais e/ou responsáveis.

A concepção de avaliação formativa requer processos dialógicos entre os sujeitos envolvidos na ação educativa da escola. Não se exclui as mães, os pais e/ou responsáveis de suas funções sociais, sob o risco de fragilizar as aprendizagens dos filhos/estudantes. O caráter público e democrático da escola não pode se alinha a práticas de exclusão.

A gestão democrática não se dá de forma espontânea; ela é, antes de tudo, um processo histórico de construção coletiva, sendo preciso oportunizar mecanismos institucionais que viabilizem e incentivem práticas participativas efetivas de mães, pais/responsáveis a partir da escuta sensível desses sujeitos para que se tornem corresponsáveis pela aprendizagem dos filhos/estudantes. Para tal, a instituição pesquisa o perfil das famílias que compõem a escola, conhecendo suas expectativas e anseios em relação ao trabalho realizado, por meio de procedimentos e instrumentos construídos e discutidos coletivamente oportunizar as famílias informações e esclarecimentos acerca da organização do trabalho pedagógico, dos procedimentos, critérios e instrumentos adotados para avaliar as aprendizagens dos alunos potencializa as formas de atuação de mães, pais/responsáveis junto aos profissionais de educação (professores, orientadores educacionais, sala de recursos e equipe especializada de apoio à aprendizagem, coordenadores pedagógicos e equipe gestora) em benefício do sucesso escolar almejado por todos, inclusive pelas próprias mães, pais/responsáveis e estudantes. Tal ação

inclusiva está firmada pelo projeto político-pedagógico da escola, tendo em vista não somente a valorização de seus saberes, mas ações substanciais de inclusão de mães, pais/responsáveis no processo educativo. Garantir a presença desses atores no Conselho de Classe Participativo, conforme prevê a legislação vigente, no tocante à gestão democrática (Lei nº 4.751/2012) nas escolas públicas do Distrito Federal pode gerar o protagonismo das mães, pais e/ou responsáveis.

Assim, oportunizando e garantindo espaços de diálogo entre a família e profissionais da educação acerca do processo avaliativo dos filhos/estudantes poderá esclarecer dúvidas ao longo do ano letivo quanto aos objetivos e critérios estabelecidos, quanto às estratégias de intervenção propostas. A participação e o envolvimento efetivo das famílias serão assegurados pela escola com ações pontuais como: apresentar e discutir e avaliar com mães, pais/responsáveis o projeto político-pedagógico da escola no início e ao longo do ano letivo ou quando se fizer necessário, esclarecer a organização do trabalho pedagógico e a sistemática de avaliação adotada (seriação, ciclos, semestralidade, entre outras lógicas de organização do ensino); possibilitar o acompanhamento do desenvolvimento do estudante, bem como de sua rotina escolar, observando seus avanços e necessidades específicas de aprendizagem; promover reuniões que incentivem a participação das famílias tanto nas atividades festivas como as de cunho pedagógicos, participação na avaliação institucional, conselho de classe, avaliação do trabalho da escola, compreensão dos registros avaliativos, discussão sobre os objetivos do que é pedagogicamente proposto aos estudantes. A família é colaboradora em potencial para a qualidade do ensino e do processo avaliativo dos estudantes, pois saberes e não saberes são constitutivos do processo de aprendizagem. O efeito disso é a presença da comunidade escolar, não somente, para o nível da informação, mas, sobretudo para o entendimento da complexidade que sustenta a avaliação educacional.

A atividade de Casa: uso formativo

Representado por tarefas ou atividades constantes dos livros didáticos ou outros, pesquisas bibliográficas, pesquisas de campo, entrevistas, observações de fenômenos, elaboração de textos, revistas, jornais, hipertextos, montagem de maquetes, peças teatrais, paródias, análise de imagens e até testagem de hipóteses que servirão para aprofundamento do conhecimento, o dever de casa é prática bastante naturalizada no âmbito da escola e avaliada continuamente por todos os envolvidos – professores, mães, pais e/ou responsáveis e estudantes. Avaliação informal, fortemente presente na escola e

que se estende aos lares e é discutida pelos diferentes segmentos e incluída no projeto político-pedagógico da escola, assegurando sua utilização em benefício das aprendizagens dos estudantes. Diferentes estratégias são adotadas nesse sentido: utilização de atividades significativas, criativas, em doses razoáveis e diferenciadas de acordo com o nível de desempenho de cada estudante; diálogo permanente com mães e pais, evitando que o acompanhamento dessa atividade não signifique o próprio ensino do conteúdo; análise das tarefas em parceria pelos estudantes, entre outras. Apresentação prévia de roteiro que organiza tal trabalho, indicação bibliográfica ou de sítios próprios da internet e orientação de como proceder sua realização e a clareza quanto aos critérios e aos objetivos inerentes ao que se quer, fortalecesse recurso pedagógico e seu potencial formador contribuindo para avaliação informal de caráter positiva

Dessa forma, bem situado no trabalho pedagógico e bem compreendido por todos na escola, incluindo-se as mães, pais e/ou responsáveis e os estudantes, o dever de casa pode ser prazeroso e produtivo, contribuindo para a ampliação das aprendizagens e constituindo um facilitador da inclusão.

A Avaliação Formal e Informal: uso formativo

A avaliação informal exerce forte influência sobre os resultados do processo avaliativo. Ela é utilizada a favor do estudante, do docente e das aprendizagens por meio de testes, provas, lista de exercícios, deveres de casa, formulários, relatórios e outros. O uso formativo ocorre quando as fragilidades e potencialidades dos estudantes são identificados e utilizados em favor deles sem compará-los com outros. O ponto de partida e de chegada é fruto da avaliação diagnóstica, que deve ser permanente. Avaliadores apreciam os instrumentos avaliativos para fins de notação ou registro de conceitos, se desfazem de rótulos ou sentimentos que por ventura tenham marcado a relação deles com aquele que agora tem seu trabalho apreciado. Ao realizar este filtro ético o processo e o produto dessa avaliação não são minados por elementos negativos oriundos da avaliação informal, pois o papel da escola é contribuir para a formação do cidadão capaz de ter inserção social crítica, o que somente será obtido se a avaliação estiver a serviço das aprendizagens de todos.

A Prova ou Teste e o uso de Notas.

A prova é inserida na avaliação formativa considerando-se seu uso não deve ser exclusivo pelo fato de não lhe ser possível revelar todas as evidências de aprendizagem.

Assim, os seus resultados são analisados em articulação aos oferecidos por outros procedimentos/instrumentos. Além disso, destacamos a inconveniência de adoção de semana de provas por entendermos que tal padronização não beneficiaria ao aluno nem ao trabalho pedagógico.

A construção da prova leva em conta os objetivos de aprendizagem e sua correção é feita por meio de critérios claros e conhecidos dos estudantes, para que ela constitua espaço-tempo de aprendizagens. Seus resultados são devolvidos aos estudantes (feedback) o mais rapidamente possível para que se programem as intervenções necessárias, caracterizando a avaliação formativa que tem como objetivo a inclusão de todos no processo de aprendizagem. A prova se fortalece quando todo o seu processo (elaboração, aplicação, correção, feedback e uso dos resultados) se organiza coletivamente nos momentos de coordenação pedagógica, pois o processo avaliativo é de responsabilidade da escola e não de cada professor individualmente.

Os usos de provas multidisciplinares, interdisciplinares, simulados com questões de vestibulares são aceitos, desde que as aulas e estratégias de ensino sejam realizadas com vistas a aprendizagem de todos e se as aulas e as práticas que as antecedem se inserirem na mesma perspectiva.

A auto-avaliação é componente essencial da avaliação formativa, por contribuir para a conquista da autonomia intelectual dos estudantes.

A auto-avaliação é o processo pelo qual o próprio estudante analisa continuamente as atividades desenvolvidas e em desenvolvimento, registra suas percepções e sentimentos e identifica futuras ações, para que haja avanço na aprendizagem. Essa análise leva em conta: o que ele já aprendeu o que ainda não aprendeu os aspectos facilitadores e os dificultadores do seu trabalho, tomando como referência os objetivos da aprendizagem e os critérios de avaliação. Dessa análise nova e objetiva podem emergir. A auto-avaliação não visa à atribuição de notas pelo estudante; tem o sentido emancipatório de possibilitar-lhe refletir continuamente sobre o processo da sua aprendizagem e desenvolver a capacidade de registrar suas percepções. O professor incentiva essa prática continuamente e usa as informações fornecidas para reorganizar o trabalho pedagógico. A auto-avaliação é ligada à avaliação *para* aprendizagem pelo fato de buscar o desenvolvimento da aprendizagem. Ela inclui a formulação de julgamentos do mérito do trabalho, pelo estudante, o que usualmente tem sido tarefa do professor, o que constitui um desafio à ordem estabelecida e à rotina escolar.

As crianças da educação infantil realizam a auto-avaliação enquanto desenvolvem as várias atividades, oralmente e por outros meios, como por exemplo, utilizando desenhos, manifestando com desenvoltura os seus sentimentos. Os professores registram essas manifestações que, acrescidas às informações obtidas por meio das observações, compõem excelente material de análise do progresso infantil.

Nos anos iniciais do ensino fundamental o estudante se auto-avalia sempre. A escola cria possibilidades para que ele reconheça isso e possa fazer seus registros, sabendo que não receberá nota e não será punido.

Ética e Avaliação

A avaliação precisa ser conduzida com ética, o que significa levar em conta os seguintes aspectos: respeito às produções dos estudantes, avaliação desvinculada de comparação, avaliação informal encorajadora, uso dos resultados da avaliação voltados somente para os propósitos de conhecimento do estudante. Os resultados da avaliação são entregues apenas aos estudantes e aos seus pais/responsáveis. A observação, o registro (RAV), as reflexões constantes sobre a importância do erro construtivo, o conselho participativo, o *feedback* e a auto-avaliação, são aspectos que formalizam o processo de construção da corresponsabilidade no processo educativo.

Conselho de Classe

O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da gestão democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e de aprendizagem, havendo tantos conselhos de classe quantas forem as turmas existentes na escola.

§ 1º O Conselho de Classe será composto por:

I – todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos;

II – representante dos especialistas em educação

III – representante da carreira Assistência à Educação;

IV – representantes dos pais ou responsáveis;

V – representante dos alunos a partir do 6º ano ou primeiro segmento da educação de jovens e adultos, escolhidos por seus pares, garantidos a representatividade dos alunos de cada uma das turmas;

VI – representantes dos serviços de apoio especializado, em caso de turmas inclusivas.

§ 2º O Conselho de Classe se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação do diretor da escola ou de um terço dos membros desse colegiado.

§ 3º Cada escola elaborará as normas de funcionamento do Conselho de Classe em conformidade com as diretrizes da SEDF.

O Conselho de Classe é planejado e executado na perspectiva da avaliação formativa. É espaço de planejamento, organização, avaliação e retomada do projeto político-pedagógico da escola. Nele se reflete sobre os índices de desempenho, sobre o espaço da coordenação pedagógica, sobre os projetos e demais atividades realizadas no âmbito da escola e das salas de aula com vistas a aprendizagem de todos. Ele é a instância em que se encontram e se entrelaçam os três níveis da avaliação: das aprendizagens, institucional e de redes ou em larga escala, sendo um momento privilegiado para auto-avaliação pela escola. O conselho de classe se insere como um colegiado potencializado da gestão pedagógica da escola. Esta instância cumpre papel relevante quando consegue identificar o que os estudantes aprenderam, o que eles ainda não aprenderam e o que deve ser feito, por todos, para que as aprendizagens aconteçam. São envolvidas as famílias, demais profissionais da escola e os próprios estudantes para auxiliarem nas reflexões e nas proposições de projetos interventivos e demais atos que possam colaborar para que sejam garantidas as aprendizagens de todos na escola.

A organização ou a dinâmica das reuniões do Conselho de Classe é de autonomia da escola, observadas as Diretrizes de Avaliação. Momentos anteriores aos conselhos de classe são preparados para que os grupos ou segmentos possam, com seus pares, dialogar e auto avaliar-se antes da reunião ordinária. Os registros dessas análises são realizados em formulários específicos encaminhados pela SEEDF. Nos anos iniciais do ensino fundamental o estudante se auto-avalia sempre. A escola cria possibilidades para que ele reconheça isso e possa fazer seus registros, sabendo que não receberá nota e não será punido.

Matriz curricular

A organização escolar da matriz curricular está pautada na tríade: Currículo/PP/Avaliação.

12- Organização Curricular

Os conteúdos foram separados por Bimestres, de acordo com o consenso dos professores

Eixos integradores de cada etapa/modalidade

O Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014) organiza-se em torno da constituição da educação integral, pois objetiva a formação do ser humano com respeito à diversidade e a suas múltiplas dimensões, de forma emancipatória. Além disso, a prática didático-pedagógica sustenta-se a partir dos eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade. Os eixos transversais devem perpassar os conteúdos de forma articulada e interdisciplinar. O Currículo propõe ainda eixos integradores dos anos iniciais do Ensino Fundamental: Alfabetização, Letramentos e Ludicidade, com o entendimento de que eixo é algo que sustenta, apoia e integra, pois ao mesmo tempo em que articula entre si, é articulador dos objetivos e conteúdos curriculares no processo de ensino e aprendizagem, buscando a proficiência leitora e escritora a partir da alfabetização e dos letramentos, sem perder de vista a ludicidade. Esses eixos nos remetem à necessidade de integração e progressão curricular como fundamentais à Organização do Trabalho Pedagógico nos ciclos. Os eixos integrados dos anos iniciais do Ensino Fundamental são: Alfabetização, Letramento e Ludicidade. a ação didático-pedagógica para as aprendizagens no 2º Ciclo deve contemplar simultaneamente a alfabetização, os letramentos e a ludicidade na perspectiva da apropriação do Sistema de Escrita Alfabética, do uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita, da abordagem prazerosa, ao provocar o desejo dos estudantes de forma a envolvê-los significativamente no universo do que é proposto em relação à aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento

13- Plano de ação para a Implementação da PP

Objetivos e Metas prioritárias

✓ Conduzir trabalho/ ações escolares de forma de forma democrática, colaborativa, compromissada e responsável, proporcionando a participação de toda a comunidade escolar no planejamento das ações propostas para o ano letivo:

✓ Promover amplas condições e oportunidades de aprendizagem à todos que nela se inserem, pautadas no compromisso, na ética, no respeito, no desenvolvimento de saberes que os estudantes precisam se apropriar ou potencializar.

- ✓ Promover ações que favoreçam a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar;
- ✓ Contribuir para uma escola orgânica e participativa;
- ✓ Fortalecer a integração escola-comunidade, através de palestras, encontros de pais e mestres, oficinas, de forma a minimizar a infrequência escolar;
- ✓ Fortalecer a integração escola-comunidade, de forma a minimizar a infrequência escolar através de atividades que insiram responsáveis e estudantes no âmbito da escolar
- ✓ Auxiliar a equipe pedagógica no desenvolvimento dos projetos propostos. E ainda, promover ações que auxiliem o professor no trabalho pedagógico.
- ✓ Assegurar ao estudante o direito a aprendizagem significativa, o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, respeitando o tempo.
- ✓ Sensibilizar o educando e seus familiares a assumirem o papel de responsabilidade no processo educativo. Apoiar o professor na elaboração de estratégias, visando atender as especificidades de seus alunos.
- ✓ Apoiar o professor na elaboração de estratégias, visando atender as especificidades de seus alunos.

Gestão Pedagógica

Objetivos Prioritários e Metas Prioritárias

A educação é o instrumento de transformação social e individual pelo qual, crianças de diferentes classes sociais desenvolvem-se tanto no âmbito individual como coletivo. Cada etapa é extremamente importante para o desenvolvimento integral da criança; os estímulos que recebe nos primeiros anos escolares definem muito do seu sucesso escolar.

São muitos os aspectos que precisam ser considerados para que o trabalho pedagógico realizado na escola seja pautado no sucesso da aprendizagem. Destaca-se aqui o papel do professor no ensino diário, um organizador, administrador e facilitador do processo de ensino e aprendizagem. Entende-se que a relação ensino/aprendizagem acontece com o trabalho planejado e estruturado do professor com a colaboração dos parceiros da educação.

O Ensino Fundamental tem como um dos pilares no processo educacional a visão integrada de mundo e a aprendizagem significativa. Trata-se do início do estudo sistemático dos espaços de vida, mediante a realização de uma abordagem pré-disciplinar e integrada ao conhecimento do meio físico, social e cultural, incorporando a aquisição das habilidades necessárias para esse fim.

A Lei Federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispõe que a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o

desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Da recomendação dos Referenciais Curriculares, destacam-se os objetivos a seguir, no sentido de que a criança:

1. Desenvolva uma auto-imagem positiva, atuando com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
2. Estabeleça vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
3. Brinque expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
4. Conheça algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito, participação e valorização da diversidade.

A Lei Federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispõe que o Ensino Fundamental terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante:

1. Desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
2. Compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade;
3. Desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, visando à aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
4. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Da Recomendação dos Referenciais Curriculares destacam-se os objetivos a seguir, no sentido de que os alunos sejam capazes de:

1. Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
2. Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
3. Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;

4. Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
5. Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
6. Conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
7. Utilizar as diferentes linguagens – verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
8. Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir conhecimentos;
9. Questionar a realidade formulando problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

Dentro desta perspectiva, buscaremos desenvolver, a vivência em diferentes tipos de linguagem (linguagem oral, escrita, simbólica, visual, tátil, pictórica, cênica etc.) e, deste modo, proporcionar condições para que os estudantes possam se expressar, bem como se comunicar de diversas maneiras com o mundo que o cerca, buscando uma formação integral dos alunos, agregando aos objetivos dos Referenciais Curriculares, as seguintes ações:

- ✓ democratizar do acesso e permanência do aluno na escola com vistas a desenvolver o processo ensino-aprendizagem, capaz de promover o sucesso do aluno na escola e na sociedade;

- ✓ valorizar da educação inclusiva nas atividades escolares e a atuação dos profissionais que lidam diretamente com os ANEE's no planejamento curricular;

- ✓ incentivar e proporcionar a formação continuada dos educadores;

- ✓ elaborar projetos interventivos a fim de assegurar a aprendizagem dos alunos defasados em aprendizagem;

- ✓ assegurar o espaço/tempo coordenação pedagógica como meio para formação continuada, análise de dados da realidade, planejamento de ações concretas;

- ✓ acompanhar o cumprimento do planejamento anual por meio do planejamento semanal;

- ✓ contribuir para a formação de um aluno-cidadão que compreenda o valor e a dignidade do ser humano, cultivando ideais de liberdade, igualdade, justiça, responsabilidade, honestidade e respeito;

✓ encorajar o estudante a desenvolver espírito de cooperação, solidariedade, autodisciplina e respeito próprio, assumindo suas responsabilidades como cidadão consciente na construção de uma sociedade mais justa e solidária;

✓ conhecer a realidade, cognitiva, histórica, afetiva, social e cultural dos alunos, objetivando modificações na ação docente, no uso de métodos e técnicas de ensino;

✓ proporcionar o processo de ensino-aprendizagem de maneira criativa, pesquisadora e descobridora, com interação entre professor, aluno e o conhecimento;

✓ viabilizar a integração e a parceria escola-família para definição de papéis, intercâmbio de ideias e apoio mútuo;

✓ utilizar a avaliação do aluno como recurso para análise da qualidade do processo de ensino e aprendizagem quanto a dificuldade ou facilidade no nível de abordagem dos conteúdos, adequação dos métodos e técnicas de ensino e avaliação elaborados e aplicados pelo professor.

Nossa prioridade será promover a excelência acadêmica, com base nas normativas pedagógicas da SEEDF, pautadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, possibilitando as aprendizagens a partir da democratização de saberes, em uma perspectiva de inclusão, considerando os eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.

Gestão Participativa

A meta é atender as necessidades específicas da comunidade escolar, através de uma gestão pautada no diálogo, no respeito com os diversos segmentos da comunidade, ponderando nossas ações em busca de melhorias na rotina pedagógica e administrativa da escola, estabelecendo novas estratégias, com o foco sempre na qualidade de ensino e condições de trabalho, ofertando aos alunos um Ensino Público de qualidade, visando a excelência acadêmica, com base nas normativas pedagógicas da SEEDF, pautadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, possibilitando a democratização de saberes, em uma perspectiva de inclusão.

Gestão de Pessoas

Objetivos e Metas prioritárias

✓ Fortalecer a participação da família na escola;

✓ Proporcionar à comunidade escolar motivação através palestras;

✓ Estimular ações que visem a melhoria da aprendizagem dos educandos;

✓ Respeitar e executar os projetos valorizando sempre as decisões coletivas;

✓ Promover eventos com a participação da comunidade escolar; ✓ Desenvolver a socialização entre toda a comunidade escolar. 9.4.4 Indicadores ✓ Reuniões como: assembleias gerais; coordenações coletivas.

Gestão financeira

Objetivos e Metas prioritárias

✓ Administrar de forma autônoma, eficiente e transparente a utilização de recursos financeiros recebidos, privilegiando os projetos a serem desenvolvidos durante o ano letivo.

✓ Fazer levantamento de necessidades com professores e coordenadores, equipe de apoio e sala de recurso e de forma coletiva, listar as prioridades para o bom andamento e funcionamento escolar em seus diversos setores.

✓ Planejar e orçar os custos de materiais de consumo e permanente de acordo com as necessidades da escola.

✓ Estabelecer prioridades com os recursos financeiros recebidos, criando um ambiente favorável e agradável a todos e oportunizando o bom funcionamento da Instituição.

✓ Ofertar uma gestão comprometida, democrática e transparente com a comunidade escolar.

✓ Articular a conservação predial, manutenção e construção das obras que facilitem o acesso de todos à escola.

Gestão Administrativa

Objetivos e Metas prioritárias

✓ Administrar de forma eficiente e transparente a utilização de recursos financeiros recebidos, privilegiando os projetos a serem desenvolvidos durante o ano escolar.

✓ Fazer lista de prioridades para o bom andamento do funcionamento escolar em seus diversos setores.

✓ Oportunizar a qualidade de ensino priorizando um trabalho coletivo e consciente de suas ações para a melhoria do ensino e aprendizagem.

✓ Adotar medidas preventivas para a diminuição da reprovação e evasão escolar dos alunos em parceria com o serviço de orientação educacional.

✓ Buscar parcerias e promover palestras /discussões e esclarecimentos sobre assuntos pertinentes e de interesse da comunidade escolar, incluindo as famílias e responsáveis.

14- Acompanhamento e avaliação da PP

O acompanhamento e avaliação desta Proposta Pedagógica será realizada sempre que necessário e especificamente nas Coordenações Pedagógicas, Conselho de Classe e nas Avaliações Institucionais através de debates, formulários e questionários específicos.

15- Projetos Específicos

PROJETO	COLABORADORES	LOCAL DE EXECUÇÃO
Leitura	Professores readaptados, professores com restrição temporária, direção, coordenação, professores e professores regentes de todas as turmas.	Salas de aula e sala de leitura
Projeto de Transição	Direção, professores com restrição temporária, coordenação e professores que atuam no 2º período e 5º ano	Sala de aula e visitação escolar
Projeto de Recreio Feliz	Direção, coordenação, educadores Sociais Voluntários, SOE, EEAA, e professores regentes de todas as turmas.	Sala de aulas e área comum
Plenarinha	Direção, coordenação, e professores da Educação Infantil e 1º ano	Salas de aula
Projeto Interventivo	Direção, professores readaptados, com restrição temporária, Educadores Sociais Voluntários, coordenação, SOE, EEAA e professores regentes das turmas de 3º ao 5º ano.	Salas de aula e sala de multimídia
Reagrupamento	Direção, professores readaptados, com restrição temporária, Educadores Sociais Voluntários, coordenação, SOE, EEAA e professores regentes das turmas de 3º ao 5º ano.	Salas de aula e sala de multimídia
Projeto horta escola	Direção, coordenação, SOE e professores do 4º ano.	Horta da escola e Salas de aula
Projeto Cultivando Valores e Semeando a Paz	Direção, coordenação, SOE, SEAA, AEEE e professores de todas as turmas.	Pátio e sala multimídia

16- Referências Bibliográficas

BRASIL, Lei 9 394/96 de **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, MEC. Brasília, 1997.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, **Normas Básicas para Organização e Funcionamento Administrativo e Pedagógico das Escolas da Rede Estadual de Ensino**. Vol. 2 Natal, 2001.

LUCK, Heloísa. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto a Formação de seus Gestores**. Artigo da publicação Em Aberto n.72. Brasília: INEP, fev/jun 2000.

HORA, Dinar Leal da. **Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva**. 14ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **Formação Do Gestor Educacional**. São Paulo:Arte e Ciência, 2000.

